



NADA DE NOVO SOB O SOL: Os projetos do Grupo 25 e a sucessão de conflitos territoriais no bairro do Alecrim em Natal/RN.

Autores:

Daniel Lucas Viana Santos - UFRN - daniel.lucasviana@gmail.com

Angela Lúcia de Araújo Ferreira - UFRN - angela@ct.ufrn.br

Resumo:

Em 2017, um grupo empresarial divulgou na mídia local a construção de empreendimentos comerciais e propostas de redesenho urbano para a região central do bairro do Alecrim em Natal/RN. Tais intervenções implicariam na retirada dos comerciantes informais e do “camelódromo” historicamente consolidados. Em seguida, movimentos contestatórios surgiram, suscitando inquietações quanto às interferências nas peculiaridades territoriais e à destinação da área. Discutir a manifestação de lógicas contraditórias da ocupação da cidade na concretização da produção neoliberal do espaço urbano é o objetivo deste trabalho. A análise se apoiou nos aportes de Harvey (2006), Capel (2013) e Carlos (2018), entre outros. As notícias publicadas em veículos locais permitiu a sistematização dos acontecimentos, de maneira a analisar criticamente as ações e narrativas empenhadas no processo de concretização ou contestação dos projetos. Observou-se que as propostas, espelhadas em uma agenda neoliberal, contam com o apoio do poder público, ao mesmo tempo evidenciam interesses contraditórios e, à procura do consenso, mascaram outros para legitimar-se ante a opinião pública.

NADA DE NOVO SOB O SOL

Os projetos do Grupo 25 e a sucessão de conflitos territoriais no bairro do Alecrim em Natal/RN.

INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2017, veio a público um conjunto de propostas urbanísticas, apresentadas pelo grupo Grupo 25 Empreendimentos¹, para redesenhar a porção central do bairro do Alecrim, em Natal/RN. Essas propostas, que incluem intervenções sobre lotes privados e também espaços públicos, contemplariam a construção de centros comerciais, readequação de calçadas, criação de um boulevard, dentre outras iniciativas (CECI; SILVA, 2017). Entretanto, a implantação de tais projetos implicaria na retirada dos comerciantes informais que atualmente ocupam ruas e calçadas, bem como do “camelódromo”² historicamente consolidado (COMERCIANTES PROTESTAM..., 2017). Ainda no mesmo ano, a Prefeitura do Natal atuou diretamente para viabilizar a remoção desses comerciantes daquele local. Com a ameaça iminente, articularam-se os movimentos “Natal, salve o Sandoval” e “Salve o Alecrim”, foram realizadas audiências públicas para discussão do projeto e apresentada, por duas arquitetas e urbanistas, proposta alternativa que mantivesse os camelôs e ambulantes no bairro. Após as mobilizações populares, uma determinação jurídica impediu a retirada imediata dos vendedores de rua. Segundo a mídia hegemônica, o projeto atualmente está “parado por falta de recursos” (SILVA, 2018).

Estes acontecimentos provocam diversas inquietações: quais seriam os motivos por trás de tais intervenções? De que maneira vieram a público? A quem as medidas interessavam? Tais questões nos levam a uma maior: de que maneira as intervenções urbanísticas propostas pelo Grupo 25 para a área central do Alecrim revelam uma série de interesses diferenciados sobre a ocupação do bairro? Assim, se toma a área de intervenção como um território em disputa, em que interesses contraditórios emergem em decorrência da apresentação e possível implementação dos projetos.

Pela sua importância histórica e participação na estruturação urbana da cidade de Natal, o bairro do Alecrim foi estudado por diversos autores sob diferentes aspectos³, principalmente enfocando a inserção da centralidade do comércio popular na dinâmica urbana. Esse fenômeno tem, ao longo da história, gerado tensões ao mesmo tempo em que a convivência de diversos usos lhe confere particularidades. É nesse contexto que o tema aqui

¹ O Grupo 25 Investimentos é um grupo empresarial que possui atuação na cidade de São Paulo e controla empreendimentos em regiões como o Brás, o Retiro e a Rua 25 de Março.

² Ao longo do texto o termo aparecerá entre aspas, uma vez que se trata de uma derivação coloquial da palavra camelô.

³ Cf. BEZERRA, 2005; SILVA, 2011; SILVA; MIRANDA, 2011; XAVIER, 2014; ROCHA; NASCIMENTO, 2017.

abordado ganha relevância, ao relacionar as intervenções urbanas empresariais no momento atual e os conflitos sócio-espaciais em áreas de comércio informal.

Neste sentido, se objetiva discutir a manifestação de lógicas contraditórias da ocupação da cidade na concretização da produção neoliberal do espaço urbano. A este importante debate, iniciado pelos movimentos populares no processo de resistência à implementação das propostas, é necessário acrescentar certo embasamento crítico, bem como a discussão sobre suas consequências para a vida do bairro e da cidade de Natal.

Uma vez publicizado pela mídia, que se revelou um participante fundamental – cada veículo possuindo narrativa clara de acordo com suas tendências editoriais – foram utilizadas como fonte de pesquisa 85 notícias divulgadas em 10 diferentes edições locais. A pesquisa nos veículos de circulação local contemplou jornais impressos e/digitais: Agora RN, Novo Jornal, Portal no Ar, Tribuna do Norte e Portal no Minuto. Também foram incluídas notas publicadas nos sites da Prefeitura do Natal e da Câmara Municipal de Natal, e de maneira complementar, incluíram-se três *blogs*, sendo eles o Blog do BG, o Brechando e o portal Esquerda On-Line. Constituíram também fundamentais as gravações audiovisuais realizadas pela TV Câmara das audiências públicas realizadas durante o conflito e as entrevistas efetuadas com atores envolvidos na discussão⁴.

O primeiro item deste artigo, através de uma revisão da literatura, delimita os aportes teóricos basilares para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo encaminha o debate situando a questão local em um contexto analítico referente a escalas nacional e global. O item três dedica-se ao entendimento do conflito sobre a ocupação do bairro. Por fim, o quarto busca atingir o objetivo específico de problematizar o caráter ambíguo que caracteriza a proposição de intervenções no Alecrim.

O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO ESPACIAL DAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na atualidade, as cidades – como *locus* de produção e reprodução das condições materiais da vida – têm assumido um papel cada vez mais central em um mundo globalizado. Conforme aponta Ana Fani Alessandri Carlos, “a globalização materializa-se concretamente no lugar [...] no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades” (2007, p. 14).

⁴ Cabe destacar que as narrativas jornalísticas não foram tomadas como fonte de dados neutra, já que constituem falas e argumentações próprias – com intenções e estratégias discursivas – acerca dos fatos sucedidos no período estudado. Os principais veículos utilizados, por sua importante inserção na sociedade, possuem relações com grupos hegemônicos no Rio Grande do Norte, do setor empresarial (e.g. o Portal No Ar, vinculado à indústria local) ou na esfera política. Esse é o caso do jornal Tribuna do Norte, em circulação desde 1950, que tem como atual presidente o ex-deputado federal Henrique Eduardo Alves, familiar do então prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves: um dos principais atores envolvidos. Os sites da Câmara Municipal e da Prefeitura do Natal são mecanismos institucionais de divulgação oficial das atividades desses poderes. Os blogs e páginas no *Facebook*, meio de comunicação alternativo, compuseram importantes contrapontos para complementar a análise pelo olhar dos “porta-vozes” dos movimentos sociais.

Pode-se, aqui, remeter a Henri Lefebvre quando afirma que o espaço é sempre produzido socialmente, e de maneira geral, “o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, o seu espaço” (2006, p. 13); e complementa: “as forças [da luta de classes] fervilham nesse espaço” (p. 16). “A cidade é assim [...] o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos”, argumenta Roberto Lobato Corrêa (1989, p. 9). Portanto, é produzida por:

[...] agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2018, p. 43)

O geógrafo espanhol Horácio Capel atenta para uma distinção necessária entre grupos que geralmente se confundem: os atores e agentes urbanos. Para Capel, os “actores” abarcam todos os indivíduos e grupos sociais que vivem e se movem na cidade. Já os agentes são aqueles que “*tienen capacidad para intervenir en la construcción de la ciudad*” (CAPEL, 2013, p. 17). Os agentes teriam um papel direto na produção do espaço urbano, pois sua ação seria mais decisiva na conformação da morfologia das cidades, estando entre eles os empresários industriais, os donos das terras urbanas, as empresas do mercado financeiro, o setor imobiliário, em suas diversas escalas, e todos os profissionais envolvidos nessas transações, bem como o Estado e, em alguns momentos, os movimentos sociais.

De todo modo, as relações entre Estado – como agente e árbitro, ao mesmo tempo – e produção da cidade tornam-se evidentes no momento de crise na expansão do capital, quando “a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar” (CARLOS, 2018, p. 61). Ou seja, o Estado, que deveria agir como mediador dos conflitos sobre a ocupação dos territórios urbanos, frequentemente atua como agenciador de interesses hegemônicos, representando alguns setores em detrimento de grandes parcelas populacionais.

Nesse sentido, é pertinente refletir sobre os vínculos entre Estado, capital e produção espacial na atualidade. A segunda metade do século XX representou um momento de mudanças substanciais nas configurações do sistema capitalista a nível mundial. O contexto da crise do modelo fordista de produção nos países desenvolvidos representou diversas ameaças à continuidade da acumulação de capital e aos privilégios da classe burguesa, conforme aponta David Harvey. Com a produção do Consenso de Washington em 1989, formula-se o Neoliberalismo – doutrina econômica que “surge como[...] resposta à tais ameaças⁵” (HARVEY, 2006, p. 13, tradução nossa). O Consenso define uma série de regras que deveriam, a partir daquele momento, ser adotadas pelos Estados no intuito de “otimizar as condições para a acumulação de capital, não importando as consequências para o bem-estar social ou o emprego⁶” (HARVEY, 2006, p. 25, tradução nossa). Dentre outras medidas, essas

⁵ Texto original: *Emerges [...] as a response to such threats.*

⁶ Texto original: *The fundamental mission of the neoliberal state is to create a good business climate and therefore to optimize conditions for capital accumulation no matter what the consequences for employment or social wellbeing.*

regras incluem disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, investimento estrangeiro direto, afrouxamento das leis trabalhistas e liberdade absoluta ao capital privado.

Ermínia Maricato (1997) alerta que é justamente a partir dos anos 1990 que se difundem discursos sobre o planejamento urbano alinhados a tais medidas, principalmente a partir da Conferência da ONU Para os Assentamentos Humanos – Habitat II em 1992. Segundo a autora, diversos planos e projetos urbanos iam naquele momento “combinando-se perfeitamente ao ideário neoliberal”, o que representou uma “receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo” (2001, p. 57).

Surge então um impasse decisivo e bastante perigoso na produção do espaço, pois para adaptar-se a esse padrão, as cidades deveriam “sobreviver e vencer, minimizando os conflitos internos” (MARICATO, 2001, p. 59). João Tonucci Filho e Felipe Magalhães são bastante assertivos:

Há um fortalecimento progressivo de formas de operação e realização do neoliberalismo a partir do Estado [...] a partir do imperativo das chamadas “vantagens comparativas” e de uma forma de planejamento e gestão em busca de uma suposta eficiência pautada pelos padrões do mercado. (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 434)

É possível afirmar, portanto, que a implantação de uma agenda urbana neoliberal depende da criação de falsos consensos, mascarando a natureza intrinsecamente conflituosa na produção do espaço urbano. Esse é um aspecto demasiadamente preocupante no tocante à produção do espaço urbano brasileiro, uma vez que:

Não há, no país, a tradição do debate democrático, ao contrário, há uma tradição da versão única e dominante sobre a realidade. As versões do “pensamento único”, a propósito do consenso forçado, construído e disseminado pelos neoliberais sobre a chamada globalização, repetem uma tradição brasileira de instituir um pensamento autoritário como resultante de construção coletiva. (MARICATO, 2001, p. 72)

Tais apontamentos indicam as tendências não democráticas de um urbanismo neoliberal contemporâneo. Ao representar uma lógica política de dimensão global, essas práticas manifestam-se sobre a escala local e geralmente ignoram a história, as relações de proximidade, de vulnerabilidade e injustiça que marcam muitas cidades ao redor do mundo. Ainda acerca disso, Rose Compans assevera: “trata-se de um discurso legitimador de práticas políticas que elimina demandas e reivindicações incongruentes ou contraditórias aos interesses hegemônicos” (2005, p. 28).

Ancorado nestes aportes teóricos, o presente estudo voltou-se para as especificidades do problema focado: a produção do espaço urbano e a necessidade de se reconhecerem os conflitos que aí se inserem. É nesta reflexão que se revela o caráter ambíguo dos projetos urbanos propostos pelo setor privado para o bairro do Alecrim em Natal.

ECONOMIA INFORMAL E O COMÉRCIO DE RUA

Um aspecto central para o desenvolvimento de conflitos sobre a ocupação do Alecrim é a permanência de ambulantes e camelôs no bairro, fator que inclusive gera boa parte das discussões sobre a legitimidade da expulsão desses trabalhadores daquele lugar. Um olhar mais atento revela que, as visões urbanísticas que sustentam ideologicamente essa possibilidade de remoção, não representam nada de novo.

Existe uma considerável literatura, a nível nacional⁷ e internacional⁸ preocupada em compreender o fenômeno do comércio informal de rua e a complexa teia de relações que essa atividade estabelece com o espaço urbano.

Em relatório lançado pela ONU-Habitat em 2006, se reconheceu a importância do trabalho informal para as populações pobres nos grandes centros urbanos em diversos países ao redor do mundo (UN-HABITAT, 2006). Segundo dados da OIT, esse setor representava, no ano de 2013, 82% dos postos de trabalho na Ásia, 66% na África Subsaariana e 51% na América Latina. No Brasil, os dados da OIT para o referido ano apontam que 36.9% dos postos de trabalho estão no setor informal (ILOSTAT, 2017).

O texto *Enhancing Productivity in the Urban Informal Economy*, também publicado pela ONU-Habitat em 2016 afirma a necessidade urgente de se promover a inclusão dos trabalhadores informais nas políticas e no planejamento urbano a nível mundial, reconhecendo suas contribuições sociais, ambientais e econômicas para as cidades, de modo a proteger e melhorar seus modos de vida (UN-HABITAT, 2016). Entretanto, os interesses desses trabalhadores são frequentemente ignorados ou reprimidos pelos governos locais, conforme apontou pesquisa realizada pelo *Institut Français de Recherche en Afrique*, no mesmo período:

Isso situa o setor em uma posição de precariedade e perpetua a existência de um ambiente conflituoso, muito embora as atividades informais e o comércio de rua sejam fonte de renda para uma ampla parcela da população urbana⁹. (IFRA, 2016, p. 07, tradução nossa)

De fato, vendedores de rua em todo o mundo estão sujeitos a políticas e práticas essencialmente excludentes, enfrentando desafios diários para permanecer no espaço das cidades. Sally Roever e Caroline Skinner (2016) apontam três práticas que ameaçam esses trabalhadores: a) remoções violentas; b) relocações para áreas marginais, sem infraestrutura e onde o comércio de rua tem maiores dificuldades de se desenvolver; e c) intimidações diárias por parte de oficiais do Estado. As autoras destacam ainda que, um estudo conduzido

⁷ Cf. JAKOBSEN et al., 2000; PAMPLONA, 2004; ITIKAWA, 2006; CLEPS, 2009; CARRIERI; MURTA, 2011; LELIS, 2011.

⁸ Cf. BARRETA, 2012; ETZOLD, 2015; GRAAFF; HA, 2015; ONODUGO et al., 2016; ROEVER; SKINNER, 2016.

⁹ Texto original: *This situates this sector in a precarious position and perpetuates the existence of a conflictual environment although informal activities and street vending provides daily income for a large part of the urban population.*

pela WIEGO¹⁰, de 2012 a 2015, identificou mais de 50 casos de remoções ou relocações em grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, dentre eles Buenos Aires, Cidade do México, Cairo e Bombaim (ROEVER; SKINNER, 2016, p. 362).

Luciana Itikawa (2006) assegura que no Brasil, condutas repressivas são frequentemente adotadas pela maioria das administrações municipais. Também são bastante emblemáticas as sucessivas relocações de ambulantes e camelôs para shoppings populares como é o caso na cidade de Belo Horizonte, conforme apontam estudos realizados nos últimos anos¹¹.

De maneira geral, há um discurso hegemônico que permeia e sustenta essa abordagem, muitas vezes violenta, em relação ao comércio informal de rua. Esse discurso possui estreita relação com a legitimação dos ideais de mercantilização, turistificação e semiprivatização do espaço urbano (GRAAFF; HA, 2015). Entretanto, a ideia central de limpar a cidade dos mais diversos males aos quais ela possa estar sujeita, não são recentes e não decorrem necessariamente do modelo neoliberal.

Tais motivações, no caso em foco se perpetuam pois “assume-se que o comércio de rua é sintoma de ‘atraso’ e ‘sujeira’, sendo, portanto, um empecilho à atração de consumidores, investidores e turistas nacionais e internacionais¹²” (ROEVER; SKINNER, 2016, p. 363, tradução nossa). Esse discurso dominante molda as práticas dos agentes estatais no planejamento urbano, desconsiderando dois fatores primordiais para o entendimento do fenômeno do comércio informal de rua: 1) não são levadas em conta as inúmeras vulnerabilidades às quais esses trabalhadores estão sujeitos; e 2) também se ignora o papel que o setor tem em aliviar as situações de extrema pobreza. (GRAAF; HA, 2016). Nesse contexto, “[...] geralmente se justificam as reformas que transformam o espaço público em lugares de lazer e consumo como uma forma de implementar ordem e segurança¹³” (SMITH (1996) apud GRAAFF; HA, 2015, p. 5, tradução nossa).

Ao considerar o atual momento de reestruturação econômica pelo qual passam as cidades ao redor do mundo, é perceptível que atividades como o comércio de rua começam a ser vistas pelos grandes produtores do espaço urbano como empecilhos à criação de novos lugares de produção e reprodução do capital na metrópole. Essa tendência global pode conferir pistas bastante importantes para o entendimento dos processos que se desenrolam no Alecrim a nível local, como será discutido a seguir.

¹⁰ Sigla para *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*

¹¹ Cf. CARRIERI; MURTA, 2011; PERDIGÃO; CARRIERI; SARAIVA, 2014

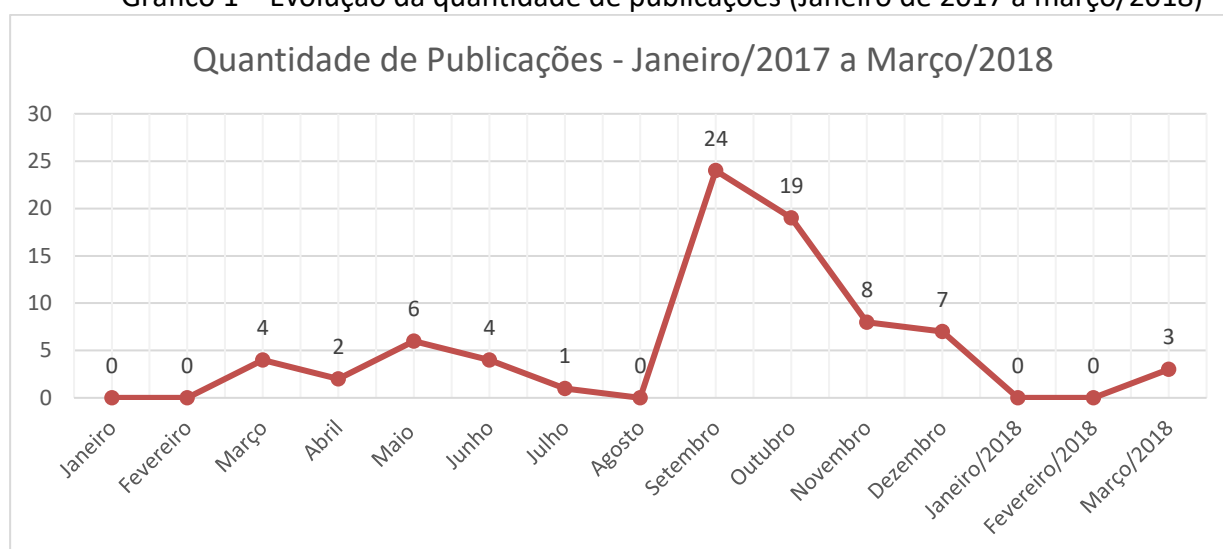
¹² Texto original: *The assumption is that street vending is symptomatic of “backwardness” and harbours “dirt”, and is therefore a stumbling block to attracting both domestic and international investors and tourists.*

¹³ Texto original: *Policy makers usually justify the overall refashioning of public space into a claimed location of leisure and shopping as a way of implementing “safety, order and security”.*

UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: ESTABELECENDO OS ATORES, PREPARANDO A CENA

A análise das matérias publicadas na mídia local possibilitou a reconstrução temporal dos momentos de tensão referentes à construção do shopping *Outlet 25 Demais* e o conjunto de intervenções. Três principais atores emergem nesse cenário: o Grupo 25 Investimentos, o Movimento “Salve o Alecrim” e a Prefeitura Municipal de Natal, principalmente a partir das ações da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR. O gráfico 1 ilustra os momentos com maior divulgação do processo pela mídia e se podem ver três principais picos de publicações.

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de publicações (Janeiro de 2017 a março/2018)



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O primeiro desses picos acontece em março, quando é lançada na mídia a construção do *Outlet 25 Demais*. A partir da última semana de abril, surgem notícias acerca da possível venda, por parte da prefeitura, do edifício do Teatro Sandoval Wanderley. Em setembro, que registrou o maior número de publicações, emergem as tentativas de retirada dos camelôs e ambulantes das ruas do bairro, bem como as reuniões resultantes do acirramento do conflito. Essa situação perdura até o mês de dezembro, vindo a silenciar nos dois primeiros meses de 2018, e voltando a aparecer nos noticiários em março do mesmo ano. Tal leitura temporal possibilita dividir o conflito em três principais momentos, aqui chamados de atos. Em todos, se evidenciam relações diferenciadas de protagonismo, exercidas por parte de cada um dos atores envolvidos.

Primeiro ato: Tensão. Nasce o *Outlet 25 Demais*

A primeira fase de desenvolvimento do conflito inicia-se em março de 2017. Nessa ocasião, as manchetes focam em realizar o anúncio da construção do *Outlet 25 Demais*, a ser implantado na principal via de acesso ao bairro: a Avenida Presidente Bandeira, em frente ao “camelódromo”. As quatro notícias publicadas nesse mês destacam os pontos positivos do

projeto: investimentos aplicados, lojas disponibilizadas, empregos gerados e fator de atração de público para a área.

O bairro do Alecrim, berço do comércio potiguar, irá ganhar um shopping com cerca de 35 mil m², todo climatizado, nove pavimentos (sendo seis deles para estacionamento, o que resultará em mil vagas), mais de 200 lojas de marcas nacionais e locais, e que possuirá a quarta maior praça de alimentação de Natal. O *Outlet 25 Demais* pertence ao Grupo 25, que tem atuação no comércio paulista da Rua 25 de Março, e deve iniciar sua operação em 2019, gerando 2 mil empregos diretos. O investimento no projeto será da ordem de R\$ 55 milhões. (NOVO SHOPPING..., 2017)

Além disso, foi anunciado que o shopping teria taxas de administração e aluguel, em modelo de condomínio, embora com preços mais baratos que shoppings convencionais por se tratar de uma área popular. “Atuamos com parceria para ter preços e taxas mais baratos e dar suporte às empresas. É importante que ocorra essa migração de camelô para microempreendedor e depois lojista”, afirmou o representante do Grupo em entrevista ao *Jornal Tribuna do Norte* (VASCONCELOS, 2017).

Um acontecimento caracteriza a fase que aqui se trata, e será central para o entendimento da articulação de interesses entre o setor privado e o poder executivo municipal: o anúncio “Novo shopping do Alecrim é apresentado na Prefeitura com apoio da Fecomércio” (2017). Ou seja, a construção do empreendimento, quando anunciada na mídia local, já contava com o apoio de importantes lideranças ligadas ao setor e com o conhecimento da administração pública. Na ocasião, o Diretor Financeiro do Grupo 25 declarou:

A reunião foi muito proveitosa. Há um grande esforço do prefeito, tanto nas melhorias da cidade, como uma atenção muito especial a este projeto e à grande mudança que acontecerá no Alecrim, gerando não só novos empregos, mas um crescimento comercial no bairro, trazendo limpeza, segurança, novos empreendedores e empreendimentos a este bairro, que apesar de todos os seus problemas é o único com o perfil da 25 de março em São Paulo (NOVO..., 2017, grifo nosso.)

A leitura atenta dessas notícias pode suscitar, a partir desse momento, alguns questionamentos. Em primeiro lugar, a que se referem afirmações como “um grande esforço do prefeito”, e “grande mudança que acontecerá no Alecrim”? De fato, essas primeiras notícias fazem menções a “melhorias que o bairro irá receber” (NOVO SHOPPING..., 2017) e “em contrapartida, será feita reorganização urbana com calçadas e praças no entorno [do shopping]” (VASCONCELOS, 2017). Algumas possibilidades de resposta para os questionamentos levantados começam a surgir no fim do mês de abril:

O prefeito Carlos Eduardo informou na solenidade desta tarde que em breve será dada entrada na Semurb¹⁴ ao pedido de licenciamento por parte de empresários para a construção de um shopping Center, sob sistema de cessão, onde funcionou o Teatro Municipal Sandoval Wanderley, no Alecrim. Em contrapartida, o grupo empresarial construirá uma nova sede para o Teatro, nos mesmos moldes do Sandoval Wanderley, teatro de arena, em um terreno federal no bairro da Ribeira, na avenida Duque de Caxias. (PREFEITO LANÇA..., 2017)

Com efeito, começa a tornar-se visível o empenho da Prefeitura Municipal em viabilizar a construção do shopping. Um fato preocupante é adicionado à narrativa: a demolição do edifício do Teatro Municipal, fechado desde 2010, para ceder lugar ao empreendimento do Grupo 25. Ainda no mesmo dia, a Tribuna do Norte noticia o fato: “Teatro Municipal Sandoval Wanderley ganhará nova sede na Ribeira” (GREGÓRIO, 2017). O discurso que começa a se formar não leva em consideração que o Alecrim estaria prestes a perder um equipamento cultural historicamente importante, pelo contrário, reforça-se a ideia de que Natal estaria “ganhando” mais um teatro no bairro da Ribeira. Nas semanas seguintes, a notícia irá aparecer em outros veículos e se inicia um processo de discussão liderado pelos movimentos artísticos da cidade.

Exatamente um mês após essa primeira notícia, em 26 de maio de 2017 a Prefeitura Municipal publica em sua página uma nota que trata do encaminhamento de um projeto de lei à Câmara dos Vereadores objetivando a desafetação do imóvel. Mais uma vez, torna-se claro o tom da narrativa que se constrói:

A Prefeitura do Natal apresentou à Câmara Municipal um projeto de lei que resultará em boa notícia para a população, principalmente o segmento cultural: a construção de um novo teatro na cidade. O projeto não será executado com recursos públicos. A estratégia é atrair a iniciativa privada, oferecendo em contrapartida a exploração da área localizada no bairro do Alecrim que hoje abriga o antigo Teatro Sandoval Wanderley, fechado há alguns anos. (PROJETO QUE PREVÊ..., 2017)

Em entrevista realizada em maio de 2018 para essa pesquisa, a vereadora Natália Bonavides confirmou que o Projeto de Lei ainda tramita na Câmara. Entretanto, ele encontra-se parado na Comissão de Planejamento Urbano, após acordos com a bancada governista para que a votação não acontecesse até que mais informações sobre o seu conteúdo fossem enviadas à casa. Em nota publicada nas redes sociais, a Rede Potiguar de Teatro repudiou o Projeto de Lei. No texto, a organização atenta para questões urbanas fundamentais em torno da venda do imóvel:

A transformação do Sandoval Wanderley em um shopping diz respeito a algo que vai muito além do simples debate acerca dos valores de uso e de troca

¹⁴ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB)

de imóveis urbanos. Ao contrário do que costuma pregar o discurso da “geração de emprego e renda”, trata-se de uma disputa que tem como pano de fundo qual o modelo de cidade desejamos: se fundado no aprofundamento dos laços comunitários e sociais ou na sua transmutação em um imenso espaço destinado à satisfação pessoal por meio do consumo. (NENHUM TEATRO A MENOS, 2017)

No dia 02 de junho de 2017, sob proposição do vereador Ney Lopes Jr., acontece na Câmara uma audiência pública para debater o “desenvolvimento socioeconômico do bairro do Alecrim”. Compunham a mesa diretora o prefeito, o presidente da Fecomércio, o presidente da Associação de Empresários do Alecrim e o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas. Também estavam presentes representantes da Rede Potiguar de Teatro e do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas, e moradores e trabalhadores do bairro do Alecrim. Como se sabe, não é costumeiro o chefe do executivo participar de audiências na Câmara, fato que denota a importância da matéria para a Prefeitura de Natal.

O vereador Ney Lopes Jr afirma em sua fala de abertura:

Essa audiência não vai tratar exclusivamente do caso do Sandoval Wanderley. [...] É algo muito mais grandioso: a construção de um *espaço moderno, dinâmico, um espaço propício para fomentar a economia* da nossa cidade e conseqüentemente trazer melhorias, e gerar emprego e renda para a população. (TV CÂMARA, 2017, grifo nosso)

Nessa ocasião, se inicia a articulação de uma narrativa que irá somar-se àquela que vinha sendo construída pelo poder executivo, e que irá pautar a sua atuação ao longo do desenvolvimento do conflito. Essa articulação se fundamenta em três principais pontos, quais sejam: a) a constatação de um processo de decadência no Alecrim; b) uma urgente “modernização” do bairro e c) a abertura de espaços de atuação para o setor privado como uma oportunidade de se evitar a temida decadência em curso. Não significa, entretanto, que esse discurso se fundamente a partir de dados observáveis ou fontes de pesquisa confiáveis, o que abre possibilidades para diversos e oportunos questionamentos. O que significa dizer que o bairro está “decadente”? Há maneiras de se observar empiricamente esse processo? E o que trata a “modernização” frequentemente citada pela prefeitura? Sinaliza-se o desejo do poder público em iniciar reestruturações no Alecrim por meio de parcerias com o setor privado, porém se omite em que consistem essas reestruturações, quais são seus proponentes, bem como quais são os atores e agentes envolvidos.

É pertinente notar que o Grupo 25 não se faz presente na audiência pública, em contraste ao seu papel de protagonismo na fase de apresentação do Outlet 25. Tal fato mostra que o ator-empresa sai de cena uma vez que o projeto havia sido apropriado pelas lideranças locais. Observa-se, nesse momento, um processo de crescentes atribuições ao Executivo no intuito de publicitar, convencer a opinião pública e viabilizar a implantação do shopping, bem como de confusas “obras de reestruturação” que estariam diretamente vinculadas à venda do prédio do Teatro Municipal.

Ainda nessa audiência, não se apresentam projetos de nenhuma natureza, sejam estudos ou propostas urbanísticas, muito embora o prefeito anuncie em seu discurso uma série de intervenções que estariam sendo desenvolvidas em parceria com o Grupo 25:

Nós vamos ter, não com recursos da Prefeitura, mas com recursos do empreendimento, uma nova praça Gentil Ferreira, resgatada, bonita [...]. Nós queremos as câmeras de segurança para todo o bairro do Alecrim. Nós queremos a calçada padronizada. É por isso que eu estou defendendo. Porque vi com essa iniciativa a possibilidade de salvarmos o Alecrim e fazermos com que o Alecrim continue com o seu destino de oferecer trabalho, salário para o nosso povo. (TV CÂMARA, 2017)

À medida que essas afirmações vão somando-se ao corpo de “propostas” defendidas e agenciadas pela Prefeitura, também abrem espaço para questionamentos cada vez mais aprofundados. Ao existir recursos privados destinados a intervenções sobre o espaço público, qual modelo de cooperação seria adotado? Tratar-se-ia de uma Parceria Público-Privada? Se sim, com qual respaldo legislativo ela poderia acontecer, se o bairro do Alecrim não constitui Área de Operação Urbana? Há desejo e aprovação popular ou respaldo técnico que legitime esse tipo de intervenção?

Segundo ato: Confrontos. No meio do caminho, havia um “camelódromo”

Após a realização da referida audiência pública, os meses de junho e julho transcorrem sem menções, nos veículos analisados, ao pleito que já se iniciara. A partir de setembro de 2017, entretanto, se dá início a uma nova fase do processo, caracterizada por confrontos diretos entre a Prefeitura do Natal e os trabalhadores informais organizados no Movimento “Salve o Alecrim”. É justamente nesse período, de 21 a 29 de setembro, que se concentram o maior número de publicações, totalizando 25, e aproximadamente 31% do total de notícias.

No dia 21 do referido mês o Novo Jornal publica a seguinte manchete: “Prefeitura vai iniciar operação para retirada de ambulantes das ruas do Alecrim”, evidenciando o protagonismo que o poder público assume desse momento em diante. Em entrevista ao Jornal Tribuna do Norte, o secretário de Serviços Urbanos, Jonny Costa, declarou que no dia 25 de setembro seria realizada uma reunião com os trabalhadores que atuam na Av. Presidente Bandeira, para “apresentar o projeto de reurbanização pensado para o bairro” (SILVA, 2017). Também se anunciou que as obras de reestruturação das calçadas teriam início no dia 07 de outubro. A partir da certeza de sua efetivação, o secretário afirmou ainda:

Esse trecho está dentro de um projeto maior de revitalização e modernização urbanística do perímetro comercial do Alecrim. Em breve as intervenções serão ampliadas para outros locais, na medida que a Semurb (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo) for concedendo as licenças autorizando as intervenções. (SILVA, 2017)

Há uma mudança significativa no desenvolvimento do processo: anteriormente, algumas modificações no bairro do Alecrim haviam sido apresentadas – muito embora apenas enquanto discurso – e se havia citado os ambulantes e camelôs. Nesse momento, mesmo sem qualquer participação pública, os referidos “projetos de modernização” já teriam sido aprovados pela Prefeitura do Natal, e a retirada dos trabalhadores informais é indicada como certeza, cabendo aos atingidos comparecerem à reunião apenas para serem informados de como proceder. A partir daí, se reforçará, por um lado, a imagem de que os ambulantes que ocupam as calçadas estariam impedindo as condições de acessibilidade e trânsito de pedestres.

E, por outro lado, o Camelódromo, seria transformado em um “espaço de convivência” (mas ele não já se configura como tal?) dando a possibilidade aos camelôs de “migrar para um dos três novos centros comerciais que estão previstos para serem construídos” (SILVA, 2017). Na mesma entrevista, o secretário não hesita em comentar sobre os interesses privados que norteiam as modificações no bairro: “A prefeitura estabeleceu uma relação com o grupo empresarial e empresário não investe sem previsão de retorno. Então estão investindo em uma área da cidade por acreditarem no retorno, estão expandindo o negócio deles” (SILVA, 2017).

Figura 1 – Trecho de apresentação do Grupo 25 com indicação de parte das intervenções propostas.



Fonte: Grupo 25 (2017).

Adiciona-se, portanto, à narrativa dominante, a ideia de que os camelôs e ambulantes representam uma ameaça à tão sonhada “modernização” que traria benefícios para toda a cidade. Apropriando-se do espaço público, poucas pessoas estariam sendo beneficiadas e travando o desenvolvimento do bairro, o que seria completamente injusto com os demais comerciantes, que pagam seus impostos. Todavia, não estariam essas intervenções no centro do Alecrim visando potencializar os privilégios de um grupo ainda menor (os investidores do Grupo 25), cujo objetivo final é a obtenção de lucro? O que torna esse objetivo menos injusto que a proposição anterior?

Nesse sentido, as notícias publicadas vêm a reforçar o discurso de estigmatização social dos trabalhadores informais, no intuito de deslegitimar suas reivindicações a partir de duas estratégias principais. Primeiramente, ao longo de todo o período estudado, as notícias não fazem uma só menção ao Movimento “Salve o Alecrim”. Ou seja, conforme a versão da mídia, não há movimento social organizado, com pautas que começam a se delimitar e com reivindicações claras; não se reconhece o papel social desses atores no conflito em questão. Em segundo lugar, frequentemente os ambulantes e camelôs estão associados a palavras como “tumulto” e “boicote”, o que fica claro com uma rápida consulta às manchetes das notícias.

Em 25 de setembro, a manchete publicada no jornal Tribuna do Norte diz: “Reunião entre ambulantes do Alecrim e SEMSUR tem confusão e é suspensa”. A Prefeitura havia notificado 42 trabalhadores para participarem da referida reunião. Contudo, o Movimento decidiu que o diálogo deveria acontecer com todos os envolvidos. Na data marcada, cerca de 200 ambulantes compareceram ao local, mas a SEMSUR recusou-se a receber o coletivo. José de Anchieta, presidente da Associação de Ambulantes de Natal, comentou: “nós não fomos chamados para discutir essa proposta, hoje eles já querem apresentar. Não somos contra o reordenamento, mas a forma como é o diálogo” (REUNIÃO..., 2017).

O Movimento articulou, no dia seguinte, um protesto em frente à sede da Câmara Municipal de Natal. No ato, os trabalhadores reivindicaram apoio das lideranças do Poder Legislativo, mas tiveram o acesso às galerias da Casa negado. Nesse momento, os vereadores Sandro Pimentel (PSOL) e Cícero Martins (PTB) elaboraram um requerimento para realização de uma nova audiência pública, cobrando à Prefeitura o esclarecimento e detalhamento dos projetos que estariam em andamento.

No dia 27, uma nova notícia é publicada e afirma que a Prefeitura estaria estudando a possibilidade também de desativação do camelódromo. Segundo reportagem do Portal Agora RN, “empresários responsáveis por construção de shopping no bairro estão cobrando do prefeito a ‘extinção’ dos comerciantes informais” (PREFEITURA..., 2017). Nessa ocasião, a SEMSUR havia marcado uma segunda reunião, com os trabalhadores do camelódromo; entretanto, seguindo as decisões coletivas do Movimento, ninguém compareceu. O Presidente da Associação de Camelôs do Alecrim disse: “se eles vão fazer um projeto que vai afetar a todos nós, então é justo que a reunião seja com todos. Se eles marcarem em um lugar que comporte todos os ambulantes, vamos comparecer” (CECI; SILVA, 2017). Em resposta, o secretário Jonny Costa declarou que se tratava de um “boicote”. (PREFEITURA..., 2017)

Mesmo assim, a Prefeitura manteve seu posicionamento e estabeleceu o dia 5 de outubro como data limite para que os comerciantes informais deixassem seus postos de trabalho. Reforçou-se aí que “as obras serão realizadas pela iniciativa privada”, a cada vez adicionando-se novas justificativas ao discurso, como por exemplo “o intuito de adequar as calçadas ao modelo previsto pelo Plano Diretor de Natal¹⁵” (AMBULANTES..., 2017).

¹⁵ Essas adequações se refeririam às dimensões de passeios públicos (1,20m), bem como a proibição de instalação de obstáculos ao trânsito de pedestres. Entretanto, tais definições encontram-se nos artigos 126 e 127 do Código de Obras do Município (Lei Complementar nº 055/2004), e não no Plano Diretor.

Foi realizada uma nova audiência pública na Câmara de Vereadores em 28 de setembro, em atendimento ao requerimento aprovado anteriormente. O vereador Sandro Pimentel, requerente da sessão, afirmou:

O secretário diz que tem uma parceria com uma empresa de São Paulo que vai fazer shopping, calçada, relógio, camelódromo, praça, mas cadê o projeto? Quando se questiona sobre o projeto, ele diz que não tem. Esses camelôs que vão sair das calçadas no dia 7 de outubro, *pra* onde? Ele não responde nada. Nada foi publicado, não tem consulta pública, licitação, PPP [Parceria Público-Privada], nada. (VALERIUS, 2017)

De fato, durante a sessão, não houve apresentação de projetos urbanísticos ou arquitetônicos, nem explicações acerca da natureza específica das intervenções, como responsáveis, recursos previstos e prazos de execução. Além disso, não houve qualquer menção a estudos urbanísticos ou sociais que pudessem justificar a necessidade da proposta, bem como qualquer avaliação dos impactos que ela pudesse acarretar na morfologia, ou na vida cotidiana da área em questão. Torna-se cada vez mais evidente, por outro lado, que todas as modificações propostas até então – regularização de calçadas, reforma da Praça Gentil Ferreira, demolição do camelódromo e do Teatro Sandoval Wanderley, incluindo a retirada dos trabalhadores informais – serviriam prioritariamente para facilitar a construção dos centros comerciais do Grupo 25.

Após um período de nove dias com publicações sucessivas nos quatro maiores veículos pesquisados¹⁶, houve uma pausa em menções à problemática. Na data de 05 de outubro, o Portal Agora RN noticiou, entretanto, que a Prefeitura havia suspenso a retirada dos ambulantes (prevista para o dia 07) após a Justiça ter marcado uma reunião de “conciliação” (REBOLO, 2017). O advogado Araken Farias havia encaminhando uma ação popular à 4ª Vara da Fazenda Pública de Natal, e em atendimento à solicitação, o juiz Cícero de Macedo Filho emitiu um despacho com vistas a impedir a retirada imediata dos camelôs e ambulantes. Essa mesma decisão marcou uma audiência de conciliação com o secretário da SEMSUR, Jonny Costa, e “uma comissão formada por ambulantes do bairro”.

À essa altura, o Movimento Salve o Alecrim já estava bastante organizado, e realizou uma assembleia popular na Av. Presidente Bandeira, ainda em 05 de outubro. Entre as reivindicações do movimento, também se apontava a necessidade de proteger o Teatro Sandoval Wanderley como lugar representativo da história e da cultura do bairro. Em texto publicado no Facebook, o “Salve o Alecrim” atentava que os trabalhadores não iriam participar de reuniões por setores enquanto o poder executivo não convocasse todos os atingidos para o diálogo.

A Prefeitura quer entregar o bairro para a iniciativa privada sem apresentar o projeto de forma transparente, marcando reuniões fechadas em grupos, retirando nossos prédios de cultura já sucateados por anos e de forma autoritária colocando para fora do bairro também os trabalhadores que são

¹⁶ Em referência àqueles mais conhecidos na cidade: Tribuna do Norte, Agora RN, Portal NoAr e Portal No Minuto

o coração do Alecrim e estão há décadas lá! Não podemos permitir!
(QUEREM..., 2017)

Após a reunião de conciliação na 4ª Vara da Fazenda Pública realizada em 11 de outubro, foi gerado um acordo no qual a Prefeitura se comprometeu a reunir dados cadastrais dos ambulantes e tomar “demais providências necessárias ao efetivo dimensionamento da questão” (PROCESSO..., 2017). Nesse acordo, foi suspensa a retirada dos trabalhadores pelo prazo mínimo de um mês, cabendo aos ambulantes e aos representantes do Poder Público elaborarem uma “proposta conciliatória para resolver o impasse em torno do projeto de reordenamento da região” (2017). Na ocasião, mesmo tendo sido evitada a remoção às pressas dos ambulantes e camelôs, não se questionou a atuação do Poder Executivo em relação a formulação, aprovação e implementação dos “projetos urbanos”, muito menos a falta de qualquer processo licitatório ou proposta de Parceria Público-Privada a eles relacionados.

Nos dias 09 e 13 de outubro, aconteceram mais duas assembleias populares nas ruas do Alecrim para que fosse discutida a conjuntura da situação e estabelecidas metas ao enfrentamento dos projetos agora liderados pela Prefeitura de Natal. Mais uma vez, nesse período não houve menções ao “Salve o Alecrim”, ou às assembleias por ele realizadas, em nenhuma das notícias pesquisadas. Até o fim de 2017, o Movimento realizou nove reuniões, sempre na rua e após o horário de trabalho, com a participação das lideranças do comércio informal, de sindicatos, vereadores, e também lideranças do movimento estudantil. A articulação dos atingidos durante esse período foi um fator fundamental para estruturar a base de reivindicações, pressionar o apoio do Legislativo além de atuar para garantir a permanência dos trabalhadores informais até que houvesse maiores esclarecimentos, espaços de diálogo e deliberação popular sobre os referidos “projetos”.

Terceiro ato: Falsos consensos de resolução. Após o caos, o silêncio

Ainda em 13 de outubro, uma reunião na sede da SEMSUR resultou em um novo acordo. Ademais do cadastramento de ambulantes e camelôs acordado, a SEMSUR sinalizou a possibilidade de remanejar os comerciantes informais para a área conhecida como Feira do Fogo, também no Alecrim. Seis dias após essa reunião, a Prefeitura iniciou tal procedimento.

Em seguida a essa fase de reuniões e negociações, o Portal No Ar divulga uma série de sete matérias que abordam números de aceitação dos projetos em curso. Uma dessas notícias informa que “87% dos natalense aprovam o projeto de modernização do Alecrim”. Esses números foram obtidos a partir de uma pesquisa de opinião realizada pela empresa Perfil Pesquisas Técnicas¹⁷, envolvendo 801 moradores das quatro zonas administrativas da cidade.

¹⁷ Esta é uma empresa potiguar fundada em 1993 e que realiza pesquisas quantitativas e qualitativas para os setores privado e público. Atuou em campanhas políticas e em estratégias de desenvolvimento e lançamento de produtos.

Foi perguntando aos entrevistados se concordavam com o projeto de modernização do comércio do Alecrim, com a desocupação das calçadas e ruas, além da melhoria do centro comercial do bairro, com calçadas padronizadas e iluminadas, espaços para estacionamento, reforma da praça Gentil Ferreira e um novo e maior relógio do Alecrim. (87% DOS NATALENSES..., 2017)

Observe-se que as perguntas assumem as intervenções propostas como integrantes de um “projeto de modernização”. A pesquisa não leva em consideração o conhecimento das pessoas em relação a totalidade dessas intervenções, nem o uso ou afetividade dos respondentes com o bairro, mas utilizam-se de termos como “melhoria do centro comercial do bairro” e “calçadas padronizadas e iluminadas”. Não se questiona também sobre a origem desses projetos, a atuação do poder municipal, ou as tentativas autoritárias de retirada dos trabalhadores informais. Pelos próximos seis dias, outras matérias são publicadas no mesmo veículo, com títulos como “77% dos natalenses frequentarão mais o comércio do Alecrim se modernização for implantada”, e “Comerciantes do Alecrim comemoram aprovação de 87% da população, revelada pela pesquisa Perfil/Portal No Ar”. Diversos questionamentos caberiam acerca da formulação e aplicação dessas pesquisas, e da manipulação das informações, muito embora não seja esse um objetivo do presente trabalho.

De todo modo, essas notícias, enfatizando as melhorias que o reordenamento traria para o bairro, adicionam à narrativa hegemônica um consenso sobre a execução dos referidos projetos. Além disso, apaga-se o movimento de resistência dos trabalhadores informais e se cria a noção de que eles também estariam de acordo com a remoção. Inclusive o então Prefeito Carlos Eduardo Alves se pronuncia na mídia no intuito de defender os projetos em curso. Em entrevista também para o Portal No Ar, o administrador municipal declarou que “a aprovação ao projeto que temos para o Alecrim, revelada pela pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Perfil, nos deu a certeza de que estamos no caminho certo” (SEM MODERNIZAÇÃO..., 2017). Na mesma entrevista, declarou:

Não se trata de Parceria Público Privada, pois não há por parte da prefeitura cessão ou alienação de bens, nem isenção fiscal. Também não cabe licitação, pois o Município nada pagará pelas obras que serão feitas nas calçadas e praças do Alecrim [...]. O G25 não está recebendo nada em troca dessas intervenções urbanas. Eles estão comprando ou alugando terrenos de particulares para instalar seu shopping e microshoppings. Mas, sabem que, com o Alecrim do jeito que está, não terão público para seus empreendimentos. (SEM MODERNIZAÇÃO..., 2017)

Todavia, mesmo com a criação de um falso consenso onde toda a população estaria aceitando e apoiando as intervenções, o Movimento “Salve o Alecrim” continuou pressionando o poder público por esclarecimentos sobre o destino dos ambulantes e camelôs. No dia 10 de novembro é noticiado que os trabalhadores informais iriam permanecer em seus postos até 31 de janeiro de 2018. A decisão foi tomada após uma terceira reunião entre o

movimento e a SEMSUR, tendo em vista o período de compras que antecedeu as festas de fim de ano.

A Câmara Municipal viabilizou, em 06 de dezembro, uma sessão popular na Av. Presidente Bandeira, ao lado do camelódromo. Na ocasião, foi apresentado o projeto alternativo elaborado pelas arquitetas e urbanistas Rayanna Guesc e Camila Nobre. A proposta, prevendo a manutenção do comércio informal e do Teatro Municipal, previa adequação dos passeios e do tráfego de veículos na região central do bairro. Representantes da SEMURB da SEMSUR comparecem às assembleias no Alecrim, assim como as lideranças que compunham o Movimento “Salve o Alecrim”.

Em seguida a essa sessão, acompanha-se um período de silêncio visto que a mídia não publicou outras notícias relativas ao tema. Após o prazo estabelecido pela Prefeitura, 31 de janeiro, não houve outras ameaças de remoção dos comerciantes informais. Apenas em março de 2018, a Tribuna do Norte noticiou, sem maiores esclarecimentos por parte da SEMSUR ou do Grupo 25, que os projetos estariam “parados por falta de recursos” (SILVA, 2018).

TENSÃO, CONFRONTO, IMPASSE: O CONFLITO EM TRÊS ATOS

Por meio da sistematização das notícias que serviram como fontes de dados, foi possível reconstruir o desencadeamento do conflito sobre a ocupação do território do bairro, a partir do surgimento das propostas de intervenção em sua área central. O processo pode, assim, ser dividido em três momentos distintos, nos quais se identifica diferentes relações estabelecidas entre os atores envolvidos. Sua análise aponta, além disso, indícios para uma leitura crítica dos interesses com vieses neoliberais que sustentam as propostas apresentadas pelo Grupo 25.

O primeiro desses períodos representa a tensão que se cria em torno das possíveis modificações nos espaços públicos e privados do Alecrim. Como se pôde observar, o setor privado atuou como proponente e também executor das intervenções, contando com o apoio do Poder Executivo Municipal, mesmo que essa parceria não seja institucionalmente anunciada. É igualmente marcante a centralidade exercida pelo empreendimento privado – um conjunto de shopping centers – como símbolo de reestruturação, geração de emprego e renda para determinada área urbana, o que se alinha à uma agenda que trata a cidade como empresa, não como espaço socialmente produzido. Os números de lojas, quantidade de investimentos e atração de consumidores pautam as decisões que influenciam diretamente a gestão do território. A implantação dessa rede comercial foi colocada como prioridade mesmo que estivesse em seu caminho um bem público com valores culturais, históricos e comunitários, como é o caso do Teatro Sandoval Wanderley e seu edifício, ou a secular atividade do comércio de rua, tradicional no bairro. No plano da narrativa, se mostrou crucial a criação de uma imagem de decadência, abandono e caos para caracterizar o bairro do Alecrim, reforçando certo estigma social criado ao longo da história de Natal, e a partir disso justificar a necessidade e urgência de atrair investimentos para seu centro.

No segundo emergem os embates que acompanham as intervenções, precisamente quando se ameaça a retirada dos trabalhadores informais das ruas. Também central nesse momento foi o apoio conferido pela Prefeitura do Natal ao grupo empresarial privado, pois para o desenvolvimento satisfatório das ações, incluindo intervenções em espaços públicos, seria necessário que a administração municipal tomasse a liderança e passasse a agenciar sua execução. Como afirmam Tonucci Filho e Magalhães, “não existe neoliberalismo sem Estado. Trata-se de um modelo de governo e de estruturação do poder na sociedade que opera a partir de ajustes regulatórios que abrem terreno para processos econômicos diversos” (2017, p. 444). Nessa fase de conflitos, o movimento social organizado despontou como agente, reivindicando sua posição também na qualidade de produtor do espaço da cidade. *“En numerosas ciudades [...] los movimientos populares han podido ser muy activos y tener capacidad para paralizar decisiones ya tomadas o para impulsar la adopción de otros nuevos; por esta razón, han dejado de ser simples actores y se han podido convertir, de hecho, en agentes urbanos”* (CAPEL, 2013, p. 17). Entretanto, para a concretização dos interesses neoliberais, é necessário que haja o apagamento dessas lutas, no intuito de deslegitimar a atuação dos seus participantes. Como se observou, a narrativa dominante alegou que os comerciantes informais estariam impedindo um grande “projeto de modernização” para o Alecrim, apropriando-se indevidamente do espaço público. Essa imagem que transforma camelôs e ambulantes em “inimigos”, e esconde as inúmeras vulnerabilidades às quais estão sujeitos, se mostrou bastante útil para evitar a reflexão crítica e conquistar apoio popular que pudesse auxiliar a viabilização dos projetos. De fato, foi a organização social em torno do Movimento “Salve o Alecrim” que impulsionou espaços de discussão, inclusive com o apoio de alguns vereadores, e a possibilidade de negociação com a Prefeitura, resistindo à remoção que parecia imediata e inevitável.

O terceiro e último período dos conflitos, caracterizado pelo impasse gerado após a resistência dos trabalhadores informais, decorreu especificamente das estratégias de legitimação dos projetos. Dá-se continuidade ao apagamento da luta social, e com o apoio da mídia hegemônica, se cria um falso consenso sobre a aceitação dos projetos em questão. A narrativa continua a tratar dos benefícios que trariam os shoppings, os estacionamento, câmeras de segurança e *boulevards*, mesmo que para isso fosse extinto o “camelódromo” e demolido o prédio do Teatro Municipal. Com pouco espaço para reflexão, o diálogo ou a participação popular, seguiram inquestionados pela grande mídia a legitimidade na elaboração das intervenções, que inclusive nunca chegaram a ser apresentados como projetos urbanos. Não se questionou o poder que se estaria legando ao poder privado de decidir, projetar e executar ações que impactariam coletivamente na vida urbana não só dos comerciantes atingidos, mas dos habitantes do bairro e da cidade de Natal.

Incólume, a agenda neoliberal, que nasce nos interesses privados, foi apropriada pelo poder público, comprada pela mídia e forçada a ser aceita na opinião pública. Ao realizar-se por meio de uma narrativa hegemônica, a qual atua revelando e escondendo fatos à sua disposição, garantiu ainda o esquecimento das discussões sem que houvesse uma resposta definitiva, pelo Estado, das ações a serem tomadas a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metrópole neoliberal, como aponta Glória da Anunciação Alves (2018), além de concentrar população, riquezas, tecnologia, atividades e serviços, é também marcada, especialmente no caso brasileiro, “pela ampliação do número de trabalhadores informais que ocupam os espaços públicos para a reprodução da vida” (ALVES, 2018, p. 109). Para a autora, a partir do momento em que determinados espaços metropolitanos – centrais ou periféricos – são incorporados às estratégias do mercado, é imanente a possibilidade de conflito (2018, p. 118).

Nesse sentido, mostra-se fundamental problematizar o posicionamento do Estado. Emilio Cobos afirma: a imposição do padrão neoliberal de acumulação capitalista fez com que “[...] *la planeación urbana perdiera su legitimidad ideológica y política entre los políticos y los funcionarios, y eliminó muchos de los limitados instrumentos de que disponía*” (COBOS, 2013, p. 33). Esse mesmo planejamento se encontra atualmente desintegrado pelos grandes projetos imobiliários privados e obras públicas. “*Quienes realmente planean hoy – producen reproducen o destruyen [...] la ciudad latinoamericana, son los empresarios inmobiliario-financieros [...] y la tecno burocracia de los gobiernos locales que las acompañan y facilitan*” (COBOS, 2013, p. 34).

Para Tonucci Filho e Magalhães (2017) um caminho possível de atuação está fundamentado na noção de “cidades do comum”, onde práticas políticas e sociais possam subverter as lógicas do mercado e resistir aos ditames do urbanismo neoliberal. “A linguagem do comum vem sendo mobilizada para reivindicar e proteger um conjunto de recursos e bens urbanos que poderiam ser mais amplamente compartilhados entre os habitantes da cidade” (p. 448). Talvez a partir dessa noção possamos resgatar as inúmeras possibilidades de compartilhamento da vida urbana, entendendo que a cidade é antes de tudo, resultado de uma produção coletiva, e que modelos de planejamento e gestão democráticos possam surgir exatamente com base no gerenciamento e resolução dos conflitos sobre o território.

REFERÊNCIAS

Fontes de dados

87% DOS NATALENSES aprovam o projeto de modernização do Alecrim. *Portal No Ar*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://portalnoar.com.br/87-dos-natalenses-aprovam-o-projeto-de-modernizacao-do-alecrim/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CECI, Mariana; SILVA, Yuno. Cronograma do projeto de reurbanização do Alecrim está mantido. *Tribuna do Norte*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cronograma-do-projeto-de-reurbanizaa-a-o-do-alecrim-esta-mantido/393388>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GREGÓRIO, Heitor. Teatro Municipal Sandoval Wanderley ganhará nova sede na Ribeira. Blog do Heitor Gregório. *Tribuna do Norte.*, 2017. Disponível em: <<http://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/teatro-municipal-sandoval-wanderley-ganhara-nova-sede-na-ribeira/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

NENHUM TEATRO a menos. *Rede Potiguar de Teatro*, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RedePotiguarDeTeatro/posts/1972230986329238>>. Acesso em: 27 maio. 2018.

NOVO shopping do Alecrim é apresentado na Prefeitura com apoio da Fecomércio. *Nominuto.com*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/natal/novo-shopping-do-alecrim-e-apresentado-na-prefeitura-com-apoio-da-fecomercio/153933/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

NOVO SHOPPING do Alecrim terá mais de 200 lojas e 2 mil empregos. *Portal No Ar*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://portalnoar.com.br/novo-shopping-do-alecrim-tera-mais-de-200-lojas-e-2-mil-empregos/>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

PREFEITO LANÇA programa “Alvará 48 horas” para dar celeridade a processos na Semurb. *Prefeitura Municipal do Natal*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-25944.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PREFEITURA estuda possibilidade de desativar camelódromo do Alecrim. *Agora RN*, Natal, 2017. Disponível em: <http://agorarn.com.br/cidades/prefeitura-estuda-possibilidade-de-desativar-camelodromo-do-alecrim/?doing_wp_cron=1524245478.9913508892059326171875>

PROCESSO de reordenamento do Alecrim e retirada dos ambulantes é suspenso por um mês. *Agora RN*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://agorarn.com.br/cidades/processo-de-reordenamento-do-alecrim-e-retirada-dos-ambulantes-e-suspenso-por-um-mes/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PROJETO QUE PREVÊ construção de novo teatro é enviado à CMN. *Prefeitura Municipal do Natal*, Natal, 2017. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-26159.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

QUEREM acabar com o povo nas ruas do Alecrim. *Salve o Alecrim*, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/salveoalecrim/>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

REBOLO, Tiago. Prefeitura suspende retirada de ambulantes do Alecrim após juiz marcar “conciliação”. *Agora RN*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://agorarn.com.br/cidades/prefeitura-suspende-retirada-de-ambulantes-do-alecrim-apos-juiz-marcas-conciliacao/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

REUNIÃO entre ambulantes do Alecrim e SEMSUR tem confusão e é suspensa. *Tribuna do Norte*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/reunia-o>>

entre-ambulantes-do-alecrim-e-SEMSUR-tem-%20confusa-o-e-a-suspensa/393101>.
Acesso em: 20 abr. 2018.

“SEM MODERNIZAÇÃO, Alecrim vai desaparecer. Mas, ainda podemos salvá-lo”, diz prefeito. *Portal No Ar*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://portalnoar.com.br/sem-modernizacao-alecrim-vai-desaparecer-mas-ainda-podemos-salva-lo-diz-prefeito/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVA, Yuno. Alecrim será transformado em espaço de convivência, diz SEMSUR. *Tribuna do Norte*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/alecrim-sera-transformado-em-um-espaa-o-de-convivencia-diz-SEMSUR/393006>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VALERIUS, Marcius. Secretário da SEMSUR presta esclarecimentos acerca do reordenamento do Alecrim. *Câmara Municipal de Natal*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.cmnat.rn.gov.br/noticias/483/secretrio-da-SEMSUR-presta-esclarecimentos-acerca-do-reordenamento-do-alecrim>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VASCONCELOS, Sara. Grupo deve investir R\$ 55 milhões em shopping no Alecrim. *Tribuna do Norte*, Natal, 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/grupo-deve-investir-r-55-milha-es-em-shopping-no-alecrim/375450>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Audiência Pública para debater o Desenvolvimento do bairro do Alecrim. Direção: TV CÂMARA. Natal. Vídeo.

Referências gerais

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes De; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Eds.). *A Produção do Espaço Urbano*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 109–122.

BARRETA, João Manuel. *Comércio de proximidade e regeneração urbana*. Lisboa: Confederação Empresarial de Portugal, 2012.

CAPEL, Horacio. Actores, agentes y reglas del juego. In: *La Morfología de las ciudades*. La Estrella Polar. 1. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013. v. III. p. 18–46.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes De; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (EDS.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; MURTA, Ivana Benevides Dutra. Cleaning up the City: A Study on the Removal of Street Vendors from Downtown Belo Horizonte, Brazil. *Canadian Journal*

- of Administrative Sciences / Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 217–225, 2011.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade e Natureza*, [s. l.], v. 21, n. 13, p. 327–339, 2009.
- COBOS, Emilio Pradilla. Empresarios, gobiernos y ciudadanos en la disputa por la ciudad. In: TORRES RIBEIRO, Ana Clara (Ed.). *Política Governamental e ação social no espaço*. 2a ed. São Paulo: Letra Capital, 2013. p. 23–38.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. 1a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- _____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- ETZOLD, Benjamin. Selling in Insecurity - Living with Violence. In: GRAAFF, Kristina; HA, Noa (Eds.). *Street vending in the neoliberal city: a global perspective on the practices and policies of a marginalized economy*. New York ; Oxford: Berghahn Books, 2015.
- GRAAFF, Kristina; HA, Noa K. (EDS.). *Street vending in the neoliberal city: a global perspective on the practices and policies of a marginalized economy*. New York Oxford: Berghahn, 2015.
- HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. 1a ed. Londres: Verso, 2006.
- IFRA. *Urbanization and Street Vending*. Nairobi: Institut Français de Recherche en Afrique, 2016.
- Informal employment. . [s.l.] : International Labour Organization, 2017. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilostat/>>. Acesso em: 20 maio. 2018.
- ITIKAWA, Luciana. Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo. *São Paulo em Perspectiva*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 136–147, 2006.
- JAKOBSEN, Kjeld et al. (EDS.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. 1a. ed ed. São Paulo, SP, Brasil: CUT Brasil : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Tradução Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. 4. ed. São Paulo.

- LELIS, Juliana Lopes. *Territórios da Informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.
- MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: GORDILHO-SOUZA, Angela (Ed.). *Habitar Contemporâneo: Novas questões no Brasil dos anos 90*. 1. ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 21–37.
- _____. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- ONODUGO, Vincent Aghaegbunam et al. The dilemma of managing the challenges of street vending in public spaces: The case of Enugu City, Nigeria. *Cities*, [s. l.], v. 59, p. 95–101, 2016.
- PAMPLONA, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: SILVA, Luís Otávio Da et al. (Eds.). *Ação para o centro de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, EMURB, Ação Centro : Centro de Estudos da MetrÓpole, CEBRAP, 2004. p. 307–338.
- PERDIGÃO, Denis Alves; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. *Perspectivas Contemporâneas - Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 43–58, 2014.
- ROCHA, Wellington Belo Da; NASCIMENTO, Gerson Gomes Do. Estudo geohistórico sobre a distribuição dos serviços na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim em Natal/RN. *Geoconexões*, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 33–44, 2017.
- ROEVER, Sally; SKINNER, Caroline. Street vendors and cities. *Environment and Urbanization*, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 359–374, 2016.
- TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *Cadernos MetrÓpole*, [s. l.], v. 19, n. 39, p. 433–454, 2017.
- UN-HABITAT. *Innovative Policies for the Urban Informal Economy*. Nairobi: UN-Habitat, 2006. Disponível em: <<https://unhabitat.org/books/innovative-policies-for-the-urban-informal-economy/>>. Acesso em: 21 maio. 2018.
- UN-HABITAT. *Enhancing Productivity in the Urban Informal Economy*. Nairobi: UN-Habitat, 2016.